

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	15
--------------------------	-----------

1

DIREITOS COLETIVOS EM SENTIDO AMPLO – DIREITO MATERIAL	19
---	-----------

1.1 A evolução dos direitos fundamentais no Mundo e no Brasil. Os desafios atuais	19
1.2 A positivação humanista global e regional. Os reflexos internos e o controle de convencionalidade	30
1.3 A formação constitucional dos Estados modernos. O Estado brasileiro segundo a Constituição Federal de 1988.....	34
1.4 “Brasil real” e “Brasil oficial”. A judicialização de políticas públicas. A responsabilidade do Estado e a tutela coletiva.....	44
1.5 O <i>mínimo existencial</i> : o real e o jurídico	50
1.6 Classificação dos direitos coletivos em sentido amplo	58

2

DOS DIREITOS SOCIAIS	65
-----------------------------------	-----------

2.1 Igualdade e liberdade	65
2.2 Do princípio da igualdade e de suas dimensões	71
2.3 Da saúde	80
2.3.1 Do direito à saúde e de sua previsão constitucional	80
2.3.2 Lei do Sistema Único de Saúde SUS (Lei nº 8.080/90).....	98
2.3.3 Direito à saúde de grupos específicos.....	104
2.3.3.1 Saúde das pessoas com deficiência.....	104
2.3.3.2 Saúde da pessoa idosa	111
2.3.3.3 Saúde das crianças e dos adolescentes.....	113
2.3.3.4 Saúde das pessoas em situação de rua.....	117

2.3.3.5	Saúde das pessoas presas	127
2.3.3.6	Da saúde das pessoas com transtornos mentais (Lei nº 10.216/01).....	135
2.4	Da assistência social	143
2.4.1	Introdução.....	143
2.4.2	Lei orgânica da assistência social LOAS (Lei nº 8.742/93)	144
2.4.3	Da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/09).....	147
2.5	Da Educação	149
2.5.1	Do direito à educação. A Constituição Federal e as Leis	149
2.5.2	Da Política Nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (Lei nº 12.764/12).....	159
2.5.3	Da Política Nacional de leitura e escrita (Lei nº 13.696/18).....	163
2.6	Da segurança alimentar	164
2.6.1	Do direito à alimentação como direito fundamental social.....	164
2.6.2	Do Sistema Nacional de segurança alimentar e nutricional (Lei nº 11.346/06)	170

3

DOS DIREITOS DOS GRUPOS VULNERÁVEIS ESPECÍFICOS 173

3.1	Introdução. O necessário respeito à coletividade e a questão do dano moral coletivo.....	173
3.2	Da liberdade individual: orientação sexual e identidade de gêneros.....	180
3.3	A questão étnica no Brasil e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10).....	187
3.4	Dos direitos da criança e do adolescente	191
3.4.1	Introdução. As novidades da Constituição Federal e do ECA.....	191
3.4.2	Do Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (Resolução nº 113/06 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA).....	205
3.4.3	Dos direitos processuais e do sistema de execução de medida socioeducativa (SINASE).....	213
3.4.4	A escuta especializada e o depoimento especial Lei nº 13.431/17....	218
3.5	Dos direitos das pessoas com deficiência (Lei nº 7.853/89 e Lei nº 13.146/15).....	220
3.6	Dos direitos das pessoas idosas.....	231
3.7	Dos índios e das comunidades quilombolas.....	237
3.8	Dos direitos à assistência jurídica integral e gratuita	250
3.8.1	A evolução: da assistência judiciária à jurídica no Brasil.....	250
3.8.2	Natureza jurídica. A assistência jurídica como direito coletivo em sentido amplo	252
3.8.3	A Emenda Constitucional nº 80/14.....	254
3.8.4	A assistência jurídica integral e gratuita como serviço público.....	256

4**DO DIREITO DO CONSUMIDOR 261**

- 4.1 Da introdução 261
- 4.2 Relação jurídica de consumo. Os principais conceitos e instrumentos 266
- 4.3 Dos direitos dos usuários de planos de saúde 283
 - 4.3.1 Introdução e regulamentação legal..... 283
 - 4.3.2 Dos direitos dos usuários de planos de saúde (Lei nº 9.656/98).. 284
- 4.4 Dos usuários de serviços públicos 304
 - 4.4.1 Da necessária eficiência na administração pública 304
 - 4.4.2 Dos direitos dos usuários de serviço público em geral (Leis nº 8.987/95 e nº 13.460/17) 307
 - 4.4.3 As políticas tarifárias e a impugnação via ações coletivas..... 314

5**DO DIREITO AMBIENTAL..... 321**

- 5.1 Introdução 321
- 5.2 Dos conceitos e definições 329
- 5.3 Princípios do Direito Ambiental 331
- 5.4 Espaços ambientalmente protegidos..... 359
- 5.5 Proteção jurídica dos recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97) 369
- 5.6 Dos resíduos sólidos 371
 - 5.6.1 Da introdução..... 371
 - 5.6.2 Dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) 375
 - 5.6.3 Dos conceitos e definições 376

6**DIREITO URBANÍSTICO E DA MOBILIDADE URBANA..... 379**

- 6.1 Direito urbanístico: introdução 379
- 6.2 Diretrizes gerais e princípios da política urbana no Brasil..... 381
- 6.3 Principais institutos ou instrumentos da política urbana nacional 395

7**DO SANEAMENTO BÁSICO 427**

- 7.1 O saneamento básico como direito fundamental..... 427
- 7.2 Da Política Nacional de saneamento básico (Lei nº 11.445/07 e Decreto nº 7.217/2010)..... 438

8**DA MOBILIDADE URBANA 443**

- 8.1 Do direito ao transporte público como expressão do direito à cidade.
Transporte público e acessibilidade..... 443
- 8.2 Do direito ao transporte público e à mobilidade urbana (Lei nº 12.587/12)..... 443

9**DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA 451**

- 9.1 Introdução 451
- 9.2 Da proibidade administrativa (Lei nº 8.429/92). Principais apontamentos 453

10**DOS DIREITOS DIGITAIS. MARCO REGULATÓRIO DA INTERNET NO BRASIL (LEI Nº 12.965/14) 461****11****DA SEGURANÇA PÚBLICA – DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)..... 477**

- 11.1 Do direito à segurança pública. Introdução..... 477
- 11.2 Do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP (Lei nº 13.675/18) 495

12**DIREITOS COLETIVOS EM SENTIDO AMPLO - DIREITO PROCES-SUAL 501**

- 12.1 Introdução e origens 501
- 12.2 Dos princípios gerais do processo coletivo 502
- 12.3 Dos procedimentos coletivos no Brasil: classificação. As principais ações coletivas 514
- 12.4 Do Procedimento Comum Coletivo 517
- 12.4.1 Legitimidade ativa 517
- 12.4.2 Da ação coletiva passiva 540
- 12.4.3 A defesa do polo passivo coletivo (processo coletivo passivo)..... 541
- 12.4.4 Das audiências públicas, do *amicus curiae* e das outras formas de participação 551

12.4.5 Competência em ações coletivas.....	555
12.4.6 A prova e o ônus da prova nas ações coletivas. Inversão do ônus da prova e o advento do CPC/15.....	561
12.4.7 Do pedido e da cumulação de pedidos	564
12.4.8 As tutelas de evidência e de urgência nas ações coletivas. A tutela de urgência em face do Poder Público. A audiência prévia e a suspensão da liminar (Leis nºs 8.437/92 e 9.494/97).....	568
12.4.9 Da relação entre ações coletivas e ações individuais	577
12.4.10 Do negócio judicial e as ações coletivas.....	580
12.4.11 Da sentença coletiva	581
12.4.12 Recursos em ações coletivas	582
12.4.13 O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas	584
12.4.14 Coisa julgada em ações coletivas	586
12.4.15 Liquidação e execução em ações coletivas. Dos fundos de direitos difusos.....	588
12.5 Dos Procedimentos Investigativos. Do Inquérito Civil e do Termo de Ajustamento de Conduta. A questão da requisição pelo Defensor Público	596
ANEXO I	603
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	609